

O TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO ENTRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Maria Orlandia de Melo Belmiro[1]

Danilo Uzêda da Cruz[2]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo

Resumo: O objetivo deste texto é caracterizar a concepção do território da educação do campo dentro da interface entre a democracia e as desigualdades que abarcam essa modalidade educacional e a concepção de projeto político societal, compreendendo os fenômenos e dilemas da concentração da propriedade da terra como um dos principais elementos causadores de conflitos e geradores de desigualdade social. É propósito, ainda, destacar as principais conquistas no âmbito da educação do campo e pontuar os conflitos existentes entre o direito à educação no/do campo e o enfrentamento ao projeto político neoliberal, fonte, devastação e agravamento das disparidades e assimetrias na sociedade. As reflexões apresentadas neste artigo são oriundas de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de estudos empíricos em curso. Tem-se como pressuposto central que a educação do campo é fruto de experiência coletiva construída pelos movimentos e organizações de trabalhadores do campo, logo uma conquista através da participação social no processo de democracia.

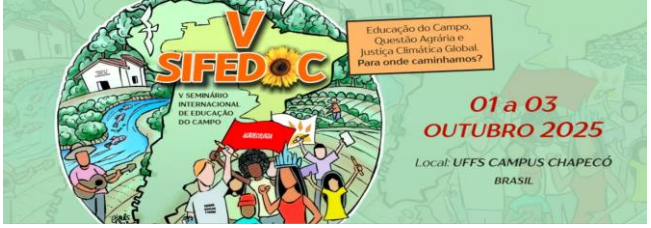
Palavras-chave: Educação do campo; Desigualdade; Educação do Campo e Democracia

Introdução

A Educação do Campo no Brasil é um tema que abarca a complexa relação entre democracia, desigualdade social e acesso à educação de qualidade e a terra. Acompanhamos para essa compreensão o que Bueno (2008) discute, demonstrando que esse território não foi iniciado e concluído com as primeiras experiências

[1] Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Territorial – Universidade Estadual de Feira de Santana – e-mail: nandabelmiro@hotmail.com

[2] [2] Pós-Doutor em Desigualdades Globais e Justiça Social, pela FLACSO/UNB - Professor Visitante na UEFS/BA, vinculado ao PLANTERR – e-mail: danilohistoria@yahoo.com.br



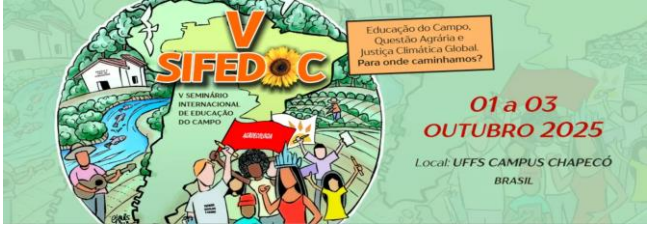
colonizadoras, mas sim durante um longo processo de colonização territorial (BUENO, 2008). A Educação do Campo é parte desse longo processo de luta, resistência e formação de território e populações no Brasil.

Já há uma vasta literatura em torno do processo de formação do território nacional, clássica e contrmporânea, que discutem como o conflito territorial marcou a formação do território. (SOUZA, 2016) nos faz lembrar que esses conflitos carregam uma linha histórica, que olhando a história à contrapelo encontramos raízes nos processo coloniais na América Latina, e particularmente no Brasil. Essas raízes que remontam à escravidão, patriarcalismo e ao latifúndio repercutem como dilema social, cultural, político e ambiental no mundo contemporâneo. A propriedade da terra é um dos dilemas cruciais não resolvidos desse percurso histórico.

Diante dessa formação histórica do Brasil, compreendem-se os ensejos que estão por trás da luta pela Educação do Campo enquanto enfrentamento a realidade existente de exclusão dos camponeses. A falta de acesso a uma educação de qualidade que permita o desenvolvimento territorial das comunidades no campo está pautada no que tange a história da estrutura agrária no Brasil baseada no latifúndio e na desterritorializaçãodas desses povos. (CAMACHO et al., 2015). Diante desse contexto de luta pela Educação do Campo, observa primeiramente a marginalização social e educacional dos povos do campo, causando desigualdade social, e em contra partida acontece o avanço destrutivo do capital no campo, que se beneficiava da ausência de políticas públicas para a educação no campo.

Para Cruz, em sua dissertação de mestrado onde desenvolveu o estudo sobre o Estado brasileiro e a política pública de desenvolvimento territorial, a legitima combinação entre a cidadania, a conquista de direitos e a distribuição de renda. Ou seja, democracia e a participação da população frente às discussões acerca das políticas públicas são formas de poder. (CRUZ, 2014)

Sendo assim, quando os povos do campo dão inicio ao enfrentamento no processo de luta pela Educação do Campo se torna possível pelo fato dos movimentos socioterritoriais camponeses estarem construindo sua luta pela terra alocando a educação como um dos fatores principais, ao pensarem nos filhos dos trabalhadores que compõem essa realidade e por outro projeto de desenvolvimento para a sociedade diferente do projeto hegemônico do latifúndio-agronegócio, neste contexto

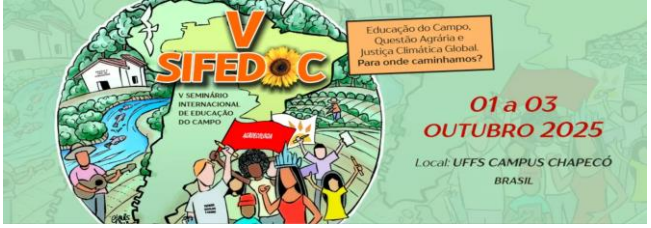


o povo fazendo uso do seu direto a democracia no que tange a sua participação no processo de construção das políticas publicas para atender a sua realidade. (CALDART, 2005, 2012; CAMACHO, 2014, 2017, 2018).

A formação do Brasil enquanto espaço e territórios acontece de forma histórica e dialética, ou seja, através de conflitos. Embora o espaço anteceda o território, como afirma Raffestin (1993), espaço e território se relacionam de forma dialética. No entanto, o espaço nunca é destruído, ao contrário do território, que é construído/destruído/reconstruído pela sociedade (movimentos socioterritoriais) em suas disputas. Sendo assim, a necessidade do debate acerca dos conflitos territoriais no campo entre os movimentos socioterritoriais camponeses, que conquistam e resistem em seus territórios, contra o latifúndio/agronegócio (FERNANDES 2005, 2006, 2008, 2012, 2020; CAMACHO, 2014, 2019).

Os conflitos por terras, portanto, marca a história brasileira desde o período colonial e se perpetua até os dias atuais. No período mais recente da história da república as lutas pela reorganização dessas terras têm acontecido por meio de representações das mais diversas organizações desde finais dos anos 1960, seja com as Ligas Camponesas ou as ligas de Julião, até chegar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mas também com a organização dos movimentos sindicais rurais, a partir dos anos 1963[3]. Essas lutas pela terra ganharam novos contornos quando “novos personagens entraram em cena”, para utilizar a expressão clássica de Eder Sader ao se referir aos novos atores sociais que emergem nos anos 1970 e 1980. (GOHN, 1995) nos oferece ainda um vasto leque de movimentos setoriais e segmentais, clássicos e novos movimentos, que tem a terra e a questão da propriedade no centro de suas agendas políticas, por exemplo: Movimento dos Atingidos por Barragens; Movimento de Mulheres Camponesas; a Via Campesina, o Movimento Quilombola, (GOHN, 1995). Também teve uma ampla participação nos anos 1980, um setor da Igreja progressista associado à teologia da Libertação, com movimentos tais como as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra (GOHN, 1995; SOUZA, 2012).

[3] Note-se que, apesar de ser um movimento social que conflitou desde seu nascimento contra as formas de exploração e expropriação de terra, portanto combateu as desigualdades sociais, em 60 anos de existência apenas agora em 2025 uma mulher é eleita para sua presidência, a baiana de Iramara, Vânia Marques Pinto. (AGÊNCIA SINDICAL, 2025)



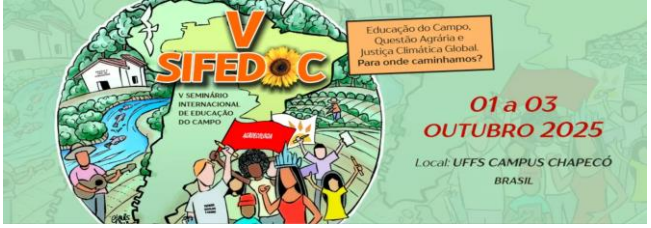
E faz-se importante ressaltar que essas organizações têm ganhado apoio de pesquisadores das universidades públicas, por entenderem a real necessidade desse amparo para a sociedade, tornando-se mediadores, parceiros e assessores fundamentais ao avanço do debate e das políticas sociais, perfazendo valer a real democracia.

As mais diferentes comunidades campesinas enfrentam desafios significativos que afetam não apenas a qualidade da educação, mas também a participação democrática desses cidadãos na sociedade. Visto que, faz-se perceber que, as suas singularidades não são respeitadas quando o currículo de determinada escola campesina não representa a identidade daquele povo, fugindo do contexto de sua realidade, impondo-lhes uma escola que não abarca as sua singularidades, desrespeitando seus mais diversos aspectos e especificidades territoriais, a qual carrega em seu âmago particulares aspectos formativos subjacentes de valores culturais, étnicos, religiosos, políticos, entre outros.

Sendo assim, esse artigo tem por objetivo caracterizar a concepção do território da Educação do Campo dentro da interface entre a democracia e as desigualdades sociais que envolvem o processo educativo dos povos do campo, cotejando alguns elementos históricos dos conflitos socioterritorias e políticas públicas alcançadas a partir da atuação e agência dos movimentos e organizações dos povos do campo.

Partimos da análise teórico-metodológica da literatura pertinente ao tema, mobilizando autoras e autores com os quais venho desenvolvendo a pesquisas na área de Educação do Campo, assim como, produtos de estudos anteriores. Revisão bibliográfica exploratória, utilizando-se de estudos empíricos, pesquisas, artigos científicos e obras pertinentes que englobem a área território da Educação do Campo, Democracia e desigualdades.

Segundo CERVO E BERVIAN (2002), por meio da pesquisa bibliográfica procura-se apontar o problema com embasamento nas referências teóricas de documentos publicados, visando conhecer e analisar as contribuições científicas existentes sobre o tema e o problema abordado. As fontes de informações que compõem esse modelo de pesquisa se apresentam na forma de documentos escritos, sejam em formato impresso ou eletrônico.



Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, fundamentando-se em revisão de literatura. O objetivo central é reunir, analisar e discutir criticamente o conhecimento já produzido sobre o tema proposto, a fim de identificar lacunas, convergências e divergências teóricas, bem como contribuir para o aprofundamento conceitual da área.

A revisão de literatura foi conduzida de maneira sistemática, respeitando critérios de relevância, atualidade e credibilidade das fontes. Para isso, foram selecionados artigos científicos, livros, teses, dissertações e documentos oficiais disponíveis em bases de dados reconhecidas, tais como SciELO, Google Scholar, Scopus, Web of Science e Periódicos CAPES.

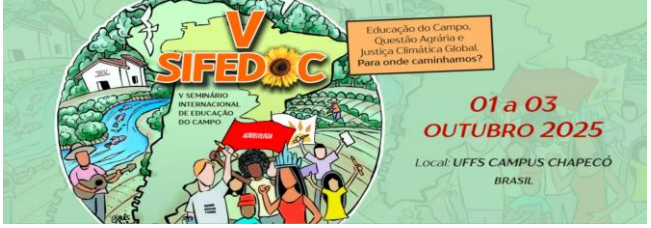
Foram incluídos na análise apenas os trabalhos publicados nos últimos dez anos, com exceção de autores clássicos ou referências consideradas fundamentais para a construção do referencial teórico. A triagem inicial foi feita a partir da leitura de títulos e resumos, seguida da leitura integral dos textos selecionados.

Os dados obtidos na revisão foram organizados de forma temática, permitindo a construção de categorias analíticas que nortearam a discussão dos principais achados teóricos. A análise foi orientada por uma perspectiva crítica, buscando compreender não apenas os conteúdos, mas também os contextos e pressupostos epistemológicos das obras revisadas.

Democracia e Educação do Campo

A democracia como um princípio fundamental, deve ser garantida a todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica, sendo este princípio contido na CRFB/88. A Constituição Brasileira de 1988 institui o país como um Estado Democrático de Direito, abarcando a forma de governo republicana e a forma de Estado federativa, com poderes emanando do povo, que os exerce por meio de representantes eleitos. DO BRASIL, 1988

No entanto, as populações do campo frequentemente se deparam com barreiras que limitam seu acesso a uma educação de qualidade. A falta de



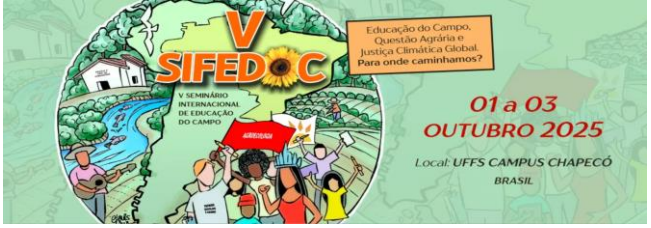
infraestrutura, recursos e políticas públicas adequadas contribuem para a perpetuação das desigualdades. Em nossa pesquisa identificamos no município de Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, um exemplo da precariedade no que tange a realidade de escolas no campo, a pesquisa aborda as condições infraestruturais dessas escolas, com base em três categorias analíticas: infraestrutura arquitetônica; infraestrutura básica; e equipamentos, sendo evidenciado o desleixo do poder público no cumprimento dos moldes mínimos de infraestrutura das escolas. As autoras enfatizam em sua pesquisa, que o poder utiliza o argumento da precarização, enquanto justificativa, para colocar em prática uma política criminosa de fechamento de escolas do campo. Essa política não é um fenômeno isolado do contexto estudado, reflete, portanto, a realidade nacional. (ANDRADE, 2020)

Historicamente, as Escolas do Campo enfrentam esses desafios desde a sua concepção e tais dificuldades perpassam pela falta de recursos relacionada à alimentação, transporte escolar e materiais didáticos específicos (LUTHER; GERHARDT, 2018).

Logo, a organização da sociedade civil frente a lutas pelas conquistas de políticas públicas para as mais diferentes demandas, são relações de enfrentamento ao capital, reposicionando o conceito de democracia e incorporando a participação como elemento de resistência e agendamento por políticas públicas no decurso da luta por melhorias. O que significa dizer que, primeiro, a desigualdade não é um dado inescapável, como também a democracia é uma construção histórica, que demanda a agência de sujeitos sociaisengajados com seus mais diversos temas.

Em nossa preocupação nesse texto, a educação do campo mobiliza os sujeitos e atores políticos do campo para durante essas construções empreenderem a luta em torno da ampliação do cânone democrático (SANTOS, 2003)

Visto que, existe dentro do espaço educacional de escolas que estão no campo, uma precarização desses espaços educacionais, e tal situação transmite a idéia de que a escola do campo é inferior, atrasadas se comparada a da cidade, causando alusões de inferioridade das populações campesinas, afro-brasileiras e indígenas (BANIWA, 2019).No entanto, esse não é modelo de Educação do Campo traçado pelas lutas campesinas, que em seu significado, traz as Escolas do Campo

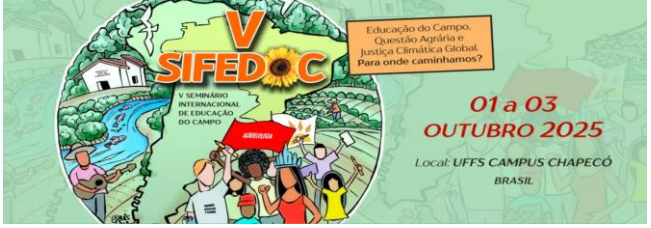


como aquela que estáenraíza pelo processo histórico da luta de classe dos trabalhadores do campo pela superação do sistema do capital (MOLINA; SÁ, 2012). Desta feita, concordamos com Cassim e Bezzerra quando enfatizam que o enfraquecimento das Escolas do Campo, estrangulamento orçamentário e fechamento físico de suas unidades é parte dos desmontes causados pelo neoliberalismo **(**CASSIN E BEZERRA 2017). Os autores apontam para a existência do apoio de esferas governamentais no que tange a negação do direito à educação, enquanto estratégia para que essas escolas deixem de existir, com o intuito de atender as demandas do capital. (SOARES NETO et al., 2013; ANDRADE et al., 2019a; NEVES et al., 2019).

Ora, se não existem escolas para que os filhos dos trabalhadores freqüentarem no campo, só lhes cabem duas alternativas, ficar no campo sem acesso a escolarização ou irem para a cidade e lá terem acesso a escola, causando um esvaziamento forçado. Deste modo, o que tem ocorrido baseia-se na concentração de terras nas mãos de poucos, gerando a expansão do agronegócio e a devastação da natureza (CALDART, 2012).

Em detrimento das facetas utilizadas por essa forma contemporânea do capitalismo com a expansão da privatização, precarização e fragmentação da vida social em detrimento do fortalecimento das instituições públicas, podemos inferir que a participação social (resistência, resiliência e mobilização política) é de crucial importância para, por meio da participação democrática e controle social, possa acontecer a fiscalização das práticas do poder público, plenitude dos direitos e a implementação de serviços públicos consignados na legislação brasileira, sendo estes subsídios de extraordinária valia, pois colocam os sujeitos dentro dos processos decisórios, principalmente aqueles que costumeiramente são subalternizados, dando-lhes notórias participações nos processos decisórios no contexto da gestão pública.

E a partir desses enfrentamentos é que surgem as implementações de órgãos deliberativos como conselhos, a participação popular em conferências e a construção de orçamentos participativos, passando a existir como meios que auxiliaram a redemocratização de alguns Estados no final da década de 1980, a exemplo do Brasil.(CRUZ, 2014)



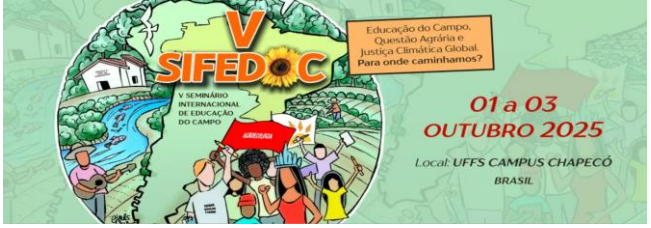
Tendo sido justamente no segmento da participação popular que fora realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, tendo sido iniciada em agosto de 1997, logo após o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Re forma Agrária (Enera), realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em julho do mesmo ano. Na mesma envergadura, surgiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), instituído pelo governo federal em 16 de abril de 1998 e que ainda hoje está em vigência. (CALDART, 2012)

Dentre os objetivos discutidos nessa I Conferência Nacional por uma educação Básica do campo, estava a busca por atender às necessidades e realidades das populações rurais, promovendo uma formação que respeite e valorize a cultura local, o meio ambiente e as práticas sustentáveis. E ao abordar conceitualmente os termos participação democrática e controle social relacionando-os com as lutas dos povos do campo pela Educação no/do Campo, implica em relacionar essas categoriais a partir das lutas sociais, dos movimentos e das organizações dos povos campesinos. Segundo SANTOS (2002), democracia participativa e participação democrática são subsidiados por concepções que estão correlacionadas, ou seja, a última surge da primeira. Deste modo, a democracia participativa é abarcada como sendo desenvolvida pelos processos eletivos onde os cidadãos são o centro do dialogo.

Quando falamos em democracia, estamos nos referindo ao direito de todos os cidadãos de participar ativamente da vida política, social e econômica de suas comunidades. A Educação do Campo pode fortalecer a democracia ao empoderar as pessoas do campo, proporcionando-lhes conhecimentos e habilidades que os ajudem a reivindicar seus direitos e a participar nas decisões que afetam suas vidas.

Desigualdades na Educação do Campo

Os movimentos sociais de luta pela terra no quesito da reforma agrária são os protagonistas na história da Educação do Campo, visto que dentro do engajamento pela garantia direito a terra, tem-se a educação como um dos pilares mais importantes para o fortalecimento dos camponeses, e em detrimento da importância



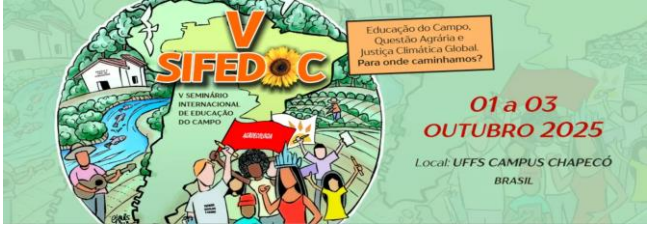
dada a educação, surge o movimento entendendo que a educação voltada para esse publico precisa estar entrelaçada com a sua identidade.

A Educação no/do Campo é uma forma de enfrentamento ao esvaziamento forçado das pessoas do campo, visto que a existência dessas escolas fortalece a permanência desses povos no campo, não sendo necessária a sua saída para buscar educação fora dela. Parte-se também do pressuposto de romper com o agronegócio e com a Educação Rural que durante décadas fortaleceu a concepção escola urbanocêntrica, levando ao imaginário dessas pessoas que a escola urbana teria uma qualidade superior, propagando o campo como um lugar de fracasso.

Esse esvaziamento é apontado por (PERIPOLLI, 2011) como sendo decorrente da situação de pobreza, de miséria e, acima de tudo, da falta de perspectiva, e que neste segmento os jovens não querem ficar no campo por visualizarem pespectivas de futuro. E dessa forma, Diante do esvaziamento (sobretudo demográfico – o que não implicaria em negar o social, cultural, econômico - a ausência de jovens (sobretudo de jovens mulheres), o campo ganha, aos poucos, uma nova fisionomia: um lugar de velhos e de homens, “masculinização dos campos” (ABRAMOVAY, 2003; CASTRO, 2006, p. 118).

No entanto, a realidade é que as escolas que seguem o mesmo currículo das escolas urbanas e estão situadas no campo, atendem apenas aos interesses da industrialização e da urbanização, favorecendo consequentemente as desigualdades sociais, visto que esses indivíduos não conseguem se identificarem com os conteúdos, sentem-se frustrados diante das dificuldades de acesso a tais escolas, principalmente aquelas que são nucleadas e longe de suas residências, para além da precariedade dos materiais didáticos, infraestrutura, e professores que na maioria das vezes deslocam-se da cidade para o campo e nem sempre conseguem chegar até a escola devido as péssimas condições das estradas, gerando frustração aos alunos que ficam sem aula.

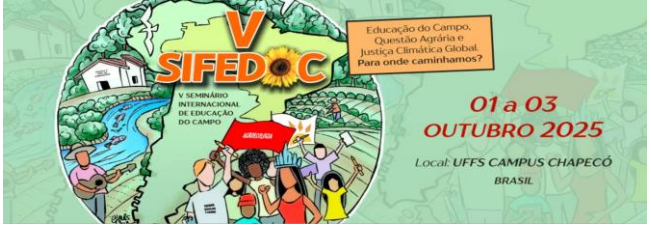
Como alternativa a esse fator, a Educação do Campo utiliza a Pedagogia da Alternância, onde o currículo escolar é adaptado a realidade do aluno e funciona com a carga horária dividida entre Tempo Comunidade e Tempo Escola, apresenta-se como um dos espaços-tempos de aprendizagem, por meio da qual se busca articular teoria (o que é aprendido no tempo escola) e prática numa práxis em que o



aluno aplica seus conhecimentos adquiridos no tempo escola em sua comunidade. Durante esse período na comunidade o aluno faz relatórios de sua prática em um caderno que é chamado de diário de campo (RIBEIRO, 2013). Nesse sentido, o Tempo Comunidade corresponde a 30% do currículo educativo e, portanto, possibilita às/aos estudantes vivências reais de produção de experiências empíricas, articuladas e integradas às comunidades campesinas, indígenas e quilombolas (RIBEIRO, 2013)

Outro fator preponderante na falta de garantia dos direitos desses alunos é a adequação do calendário escolar a sua realidade, a escola situada no campo, mas que segue o calendário urbano, não se atenta ao calendário de plantação e colheita, e o que acontece nesse período é justamente o esvaziamento das salas de aula nesse período justamente por conta dos alunos terem que parar de estudar para auxiliar os seus familiares nessas demandas. Existem Escolas do Campo que utilizam o calendário curricular que trabalham com a pedagogia da alternância. (APARECIDA, 2013; BEGNAMI, 2013). Esse método institui um currículo que atende as singularidades dos povos campesinos, em tempos e espaços alternados - Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) – onde os estudantes do campo têm de acesso à escolarização e aos conhecimentos científicos, assim como aos conhecimentos produzidos em família, comunitários e os saberes da terra, onde o que é aprendido durante o tempo na escola passa a ser aplicadas no tempo em comunidade.

A Educação do Campo, ao contrário da Educação Rural, valoriza a identidade dos camponeses, defende os interesses do campesinato e da Agroecologia e não se caracteriza unicamente pela delimitação do espaço geográfico, visto que o conceito de campo, como acentua Fernandes (2013), é amplo e envolve dimensões materiais e imateriais. O debate sobre a Educação do Campo traz nos seus princípios um projeto de sociedade em que o campo seja espaço viável de produção e reprodução de vida sustentável e, portanto, torna-se imprescindível às Políticas Públicas dessa área de conhecimento, oferecer subsídios para a construção de uma consciência crítica acerca das especificidades das escolas do campo, a fim de se construir propostas de ensino e de aprendizagens coletivas, integradas com as identidades



dos sujeitos do campo, suas especificidades e defesa da justiça social. Sendo assim, se faz importante a definição de que:

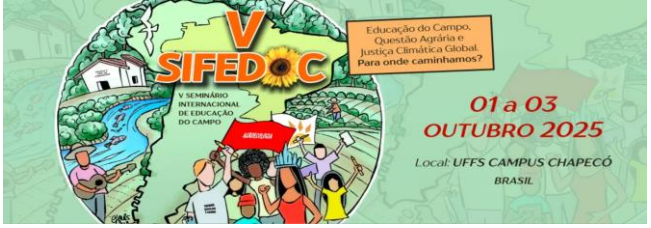
> "Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir 260 a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político..." (Kolling, Nery e Molina, 1999, p. 26)

As desigualdades na Educação do Campo estão presentes nos mais diversos aspectos, sendo eles a infraestrutura, onde escolas carecem de acesso à água potável, energia elétrica, banheiros, materiais escolares como carteiras, mesas e materiais pedagógicos para o desenvolvimento das aulas e transporte adequado. Tais fatores trazem inúmeras dificuldades tanto para os alunos quanto para os professores que não dispõem do mínimo necessário para desenvolverem o seu trabalho com dignidade,afetando diretamente a qualidade do ensino,além do mais, tais fatores são preponderantes para a permanência dos alunos nas escolas, visto que essas condições são indicadores de desmotivação para a permanência desses sujeitos na escola.(ANDRADE, 2020).

Para além deste, a Formação de Professores é outro apontador no que tange a defasagem dessas escolas. A falta de capacitação específica para lidar com as particularidades do contexto campesino, a não identificação com a comunidade por não pertencimento aquele território ou por não querer estar ali, visto que essa é uma realidade recorrente em municípios brasileiros, onde professores são alocados em escolas do campo, mesmo não querendo estar ali e tal situação pode acabar comprometendo a qualidade do ensino.

O acesso à Tecnologia, a inclusão digital é um desafio significativo, visto que a falta de acesso à tecnologia e à internet limita as oportunidades de aprendizado e ao desenvolvimento dos alunos.

Desta feita, o Papel da Democracia na Superação das Desigualdades para que a Educação do/no Campo avance, é fundamental que haja um compromisso democrático com a inclusão e a equidade. Isso envolve o acesso as Políticas



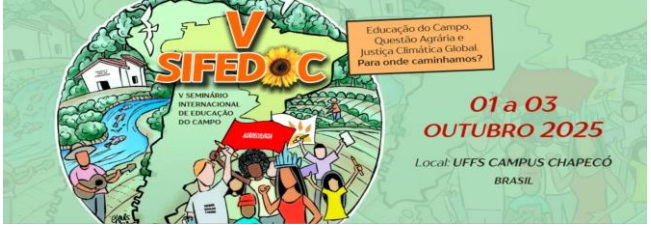
Públicas ao que se refere a implementação dessas políticas públicas, de modo que priorizem a Educação do Campo dentro de suas diretrizes, com investimentos em infraestrutura, formação de professores e desenvolvimento de currículos contextualizados.

Sendo importante ressaltar que, a participação da comunidade nos debates, sendo participativas e ativas nas colocações de suas necessidades e também nas decisões que levem os incrementos necessários ao bem estar de sua comunidade, se fazem necessárias a partir de formulações e execuções de políticas educacionais que já sãovigentes, ou que necessitem de alterações ou construções essenciais, garantindo que as necessidades locais sejam atendidas.

Conclusão

A Educação do Campo originou-se de lutascom o intuito de confrontar os condicionantes estruturais históricos da sociedade brasileira, e para alcançar tal notoriedade, foram necessárias práticas educativas coletivas durante reuniões dos movimentos sociais que desencadearam as manifestações através de conferências, seminários, encontros e simpósios na busca da estruturação da Educação do Campo. E foram através desses espaços públicos que se tornou possível as discussões entre sociedade civil e a sociedade política dentro do processo democrático para que pudessem acontecer às negociações, ainda que havendo conflitos de interesses, mas através desses embates foram criados projeto, instituído Leis e Decretos para a concretização de Políticas Públicas que viessem atender as reais necessidades dos povos campesinos no que tange a educação básica, ensino técnico e até o ensino superior, como a criação de cursos de graduação para que viessem atender as necessidades dos estudantes campesinos.

A concepção desses cursos tem levado a sociedade civil, desde o sistema capitalista, e o Ministério Público Federal e também o Poder Judiciário quando necessário na discussão sobre igualdade e o direito social à educação de qualidade, e que não fuja do contexto da reforma agrária, visto que foi a partir deles que surgiu a iniciativa dessa escola.

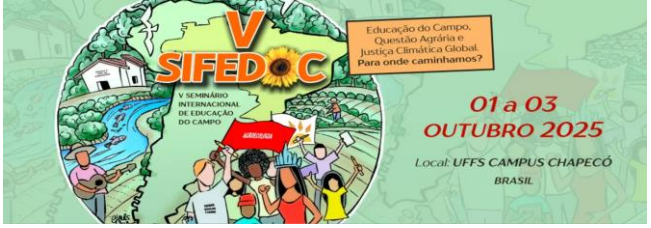


Embora seja sabido que entre as discussões e conquistas, existe uma lacuna pratica a ser concretizada, afinal de contas nem todas as escolas situadas no campo brasileiro seguem as diretrizes estabelecidas nos Decretos e Leis e que desta forma, a desigualdade educacional ainda permeia. Trata-se de uma complexidade no que tange a identidade dos sujeitos campesinos pela busca da superação das incoerências históricas, perfazendo a distância entre o Estado/poder com a sociedade, evidenciando a distância dos governos com os movimentos sociais na efetivação concreta dos direitos sociais.

Conclui-se que a Educação do Campo tem sido um fator importante no processo de prático de Democracia enquanto organizações que entendendo a importância do coletivo uniram-se pela busca dos seus direitos, gerando um afrontamento ao neoliberalismo em sua tentativa de desmonte da educação. Visto que, dentre as práticas da Educação do Campo, tem-se a construção de uma política educacional que respeita a individualidade do sujeito, ao contrário do formato de educação urbanocentrica que desrespeita a individualidade dos povos do campo.

Deste modo, essa construção democrática e coletiva de políticas demanda que os governos estejam alinhados com a sociedade civil, e que essas pessoas dentro dos seus coletivos com conhecimento da realidade, das ideologias de cada comunidade, dos fatores estruturais que dificultam o avanço da democracia, possam fazer parte da construção de políticas públicas e de sua efetivação para que haja a superação das desigualdades existentes.

Para encerrar, enfatizo que um dos ímpetos entre todas as lutas da Educação do Campo, é o reconhecimento da diversidade de trabalhadores do campo brasileiro no momento de elaborar políticas educacionais. Afinal de contas, o campo é formado por diferentes povos com identidades e culturas específicas, como a exemplo dos mais diversos povos indígenas, povos das florestas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, assentados, acampados, mulheres camponesas, e dentre outras. Desta forma, faz-se necessário que durante a construção do plano político pedagógico, seja observado e levado em consideração as particularidades de cada comunidade, para que não ocorra uma falsa idéia de estar sendo atendidos, quando na verdade estará mascarando as diferenças em nome da igualdade.



Sobrepujar as desigualdades existentes requer um esforço coletivo entre governos, comunidades e sociedade civil. Assim,consistindo na garantia de que todos os cidadãos, independentemente de onde habitem, tenham acesso a uma educação de qualidade que os habilite a tomar partede modo pleno na democrácia do país.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (et al.). Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. _____. **O futuro das Regiões Rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AGENCIA SINDICAL. **Mulher presidirá Contag pela primeira vez.** 2025. Disponível em: <https://agenciasindical.com.br/contag-tera-primeira-presidente-mulher/>. Acesso em: Abr, 2025.

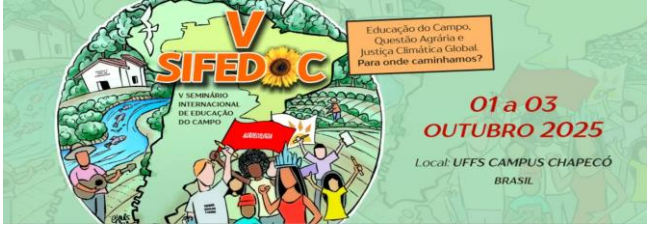
ANDRADE, Francisca. **Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento.** Educação em Revista, v. 36, p. e234776, 2020.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues; NOGUEIRA, Letícia Pereira Mendes; RODRIGUES; Marcela Pereira Mendes. **Tempo Comunidade – espaço tempo potencializador de experiências na formação de educadores do campo.** In: COSTA, AlvaroDaniel(Org.). Cultura, cidadania e políticas públicas 2. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019, p. 154-163, 2019a.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues; NOGUEIRA, Letícia Pereira Mendes; NEVES, Lucas Couto; RODRIGUES, Marcela Pereira Mendes**. Educação do Campo em giro *decolonial*: a experiência do Tempo Comunidade na Universidade Federal Fluminense (UFF).** Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 4, e7178, 2019b, p. 1-30.

APARECIDA, Maria Fonseca Cida. **Pedagogia da Alternância e Educação do Campo:** A formação de jovens na Escola Família Agrícola de Orizona. Ed. Novas, 2013.

ARAÚJO, S. M. da S**. Educação do campo no Brasil: um discurso para além do pós-colonial?**. Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, v. 8, n. 1, p. 221-242, 2010.



BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos.** Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese de Doutorado.

CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel Gonzáles; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CASSIN, Marcos; BEZERRA, Luiz. **Número de escolas no campo diminui drasticamente no Brasil.** 2017.

CASTRO, Elisa G. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e reforma agrária**. In: ITERRA (Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária. Unidade de Educação Superior – UES. Boletim da Educação – Edição Especial Nº 11 – Setembro de 2006. Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária (textos de estudo). São Paulo, 2006.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Paradigmas em disputa na educação do campo. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão et al. Evaluation of the relationship between education and sustainability in peasant movements: the experience of the national education program in agrarian reform. Evaluation and Program Planning, v.1, p.1 - 23, 2015.

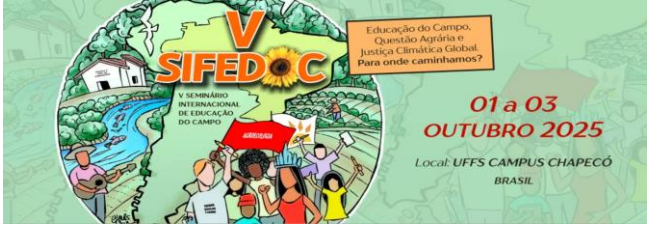
CAMACHO, Rodrigo Simão. A relação dos Movimentos Socioterritoriais Camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos. Revista Nera (UNESP), ano 20, n. 39, p.186 - 210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão**. Políticas Públicas no Campo: uma análise do Relatório da II PNERA (1998-2011)** In: COELHO, Fabiano; Camacho, Rodrigo Simão. O Campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos governos Petistas (Questão Agrária e Reforma Agrária – vol. I). Curitiba: CRV, 2018. v. 1, p. 297-324

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Educação do campo e territórios/territorialidades camponesas: terra, família e trabalho.** In: Molina, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Orgs.). **Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da licenciatura em educação do campo no Brasil.** Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019. (Coleção caminhos da educação do campo, v. 9).

CERVO, Amado. l.; BERVIAN, PA **Metodologia científica.** Pearson Prentice Hall São Paulo, v. 5, p. 66, 2002.

CRUZ, Danilo Uzêda da et al. **O Estado brasileiro e a política pública de desenvolvimento territorial.** 2014



DO BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfic**o**, 1988.

DOS SANTOS SILVA, Nilmar; DIÓRIO, Ana Paula Inacio; DO NASCIMENTO, Priscila Brasileiro Silva. Educação do campo: democracia e controle social. **Educação Científica, Inclusão e Diversidade**, p. 45.

LUTHER, Alessandra; GERHARDT, Tatiana Engel. **Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das escolas do campo no Brasil**. Revista Saberes da Amazônia, v. 3, n. 07, p. 281-310, 2018.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 324-330.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

NEVES, Lucas do Couto; SANTOS, Pablo Peixoto de Jesus; CORRÊA, Bruno de Oliveira; ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de. **Memória social e resistência: organização comunitária contra o fechamento da escola Alice do Amaral Peixoto.** In: COSTA, Álvaro Daniel(org.). Cultura, cidadania e políticas públicas. v. 4. Ponta Grossa (PR): Atena Editora , 2019, p. 130-137.

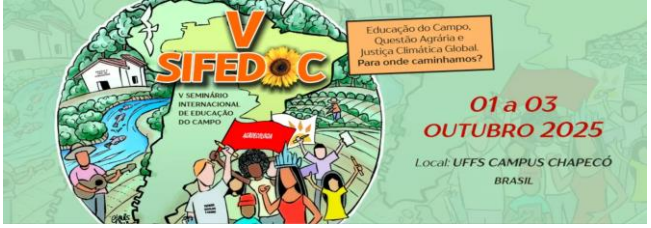
PERIPOLLI, Odimar J. O processo de esvaziamento do campo entre Jovens Campones: Os desafios colocados à escola. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 16, n. 2, p. 77-93, 2011.

KOLLING, E. J.; nE r y , i.; Mo l i n a , M. c. **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação. Liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana.** 1°ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
RIBEIRO, Marlene. Movimento Camponês, Trabalho, Educação. Liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fins da formação humana. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES N NETO, Joaquim José et al. **A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 64, n. 3, p. 377-391, jul./set. 2013. Disponível em:<Disponível em:https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/129 > Acesso em:10 nov. 2019.



SOUZA, Maria Antônia de. **Análise crítica das decisões judiciais sobre os cursos superiores para beneficiários da reforma agrária.** Trabalho de conclusão de curso de direito. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2012.

SOUSA, Antonio Eusébio de. **Conflito, luta e resistencia camponesa no semiárido piauiense frente aos projetos mineração e transnordestina.** 2016.